



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FRANCILENE FLOR DA SILVA

**A PRÁTICA DO LEDOR PARA ESTUDANTES CEGOS: RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE, PB
2020**

FRANCILENE FLOR DA SILVA

**A PRÁTICA DO LECTOR PARA ESTUDANTES CEGOS: RELATO
DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Area de concentração: Educação para deficientes visuais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre.

**CAMPINA GRANDE, PB
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Francilene Flor da.
A prática do leitor para estudantes cegos [manuscrito] :
relato de experiência / Francilene Flor da Silva. - 2020.
32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. . Eduardo Gomes Onofre ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Leitor. 3. Deficiência visual. 4.
Cego. I. Título

21. ed. CDD 370.115

FRANCILENE FLOR DA SILVA

**A PRÁTICA DO LEDOR PARA ESTUDANTES CEGOS: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba -
UEPB, como requisito para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 14/12/2020

BANCA EXAMINADORA



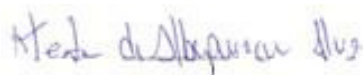
Pro. Dr. Eduardo Gomes Onofre –UEPB

Orientador



Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares – UEPB

Examinador



Prof. Esp. Kledson de Albuquerque Alves - UEPB

Examinador

*Dedico este trabalho á Nossa Senhora das Graças,
minha mãe intercessora a qual me agraciou toda
minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, que é tudo em minha, minha fortaleza que sempre esteve comigo em todos os momentos, fazendo-me superar todos os obstáculos durante toda a minha trajetória, fazendo-me perseverar todas as vezes que pensava em desistir. A Deus toda minha gratidão sempre e todo o meu amor.

A minha mãe Nanci Flor da Silva, pois tudo que sou, o caráter que adquiri, a saber lutar por minhas conquistas, tudo eu devo a ela, mulher guerreira que sempre lutou e sonhou em ter um filho formado e hoje tenho o prazer de dar esse orgulho a essa pessoa que amo muito.

Ao meu esposo Sandro que sempre me apoiou de tal maneira que nem conseguia entender o trabalho e o cuidado de Deus em nossas vidas, sendo compreensivo e ajudador nas horas que mais precisei, me mostrando sempre o seu amor através do seu cuidado por mim. Muito obrigado meu amor, por todo amor dedicado. Essa conquista não é só minha, é nossa.

Aos meus filhos Gustavo e Gabrielly, por terem me amado todo o tempo, tendo paciência e me ajudando no que era possível para idade deles, principalmente Gustavo, por ser o filho mais velho, só tenho que agradecer a Deus por ter permitido tanto amor.

A minha amiga de todas as horas Daniela Thais, que me apoiou desde sempre, me ajudando e me motivando para não desistir, e que se não fosse ela na minha vida, a caminhada teria sido muito mais difícil. Dani me mostrou sempre o valor da amizade, e que pode durar para sempre a essa pessoa tão linda, todo o meu amor e agradecimento. Essa conquista também é nossa minha amiga.

As minhas irmãs Nelly e Nazilda e a meu irmão, que me ajudaram e me compreenderam, nos momentos certos, contribuindo para a minha formação.

A minha sobrinha Emanuely que sem saber, com o seu jeitinho, me ajudou de várias formas, acreditando sempre que eu conseguiria concluir meu curso.

Quero agradecer também a Adenize Queiroz que é uma pessoa que sempre foi uma inspiração para minha vida profissional, espiritual e pessoal, me mostrando sempre o quanto devemos acreditar e lutar por nossos sonhos, independentemente de qualquer obstáculo que apareça no caminho. A essa pessoa tão linda tenho todo o meu carinho e gratidão por ter ajudado até os dias de hoje para que conclua minha formação.

Não poderia esquecer dos meus colegas de curso, pois foi construído no decorrer do curso várias amizades que vou levar comigo por toda vida, agradecendo sempre a Deus por ter permitido essas pessoas em minha vida.

A minhas amigas catequistas que nasceram pela fé na comunidade Nossa Senhora das Dores que sempre rezaram por mim e motivaram-me a ter perseverança e sempre em gestos simples me mostravam sempre o amor de Deus e que ele estaria comigo todos os meus momentos e que tudo iria passar e que no final tudo daria certo. A elas só tenho que agradecer todo amor e toda oração.

A minha família de EJC que sempre me motivaram e me compreenderam, mostrando-me sempre o amor de Deus em minha e suas orações que foi o melhor presente que alguém pode doar para alguém. A essa família atraídos por Cristo, todo o meu amor sempre.

As minhas amigas Renata e Elaine e as minhas cunhadas e sogra que sempre torceram e acreditaram que eu conseguiria concluir o curso.

Ao meu amigo Daniel que sempre teve a disponibilidade de me ajudar no que eu precisasse.

As minhas amigas Flavia Fernanda e Nayara Viturino, que contribuíram de forma tão linda, para que eu conseguisse iniciar o meu curso de Pedagogia, sendo exemplos de vida cristã e professoras da Educação infantil por amor.

Aos meus professores e coordenadores do curso de Pedagogia da UEPB, tenham toda a minha gratidão, admiração e todo o meu carinho por cada um que passou em minha vida e que com certeza deixou sua marca que vou guardar pra sempre.

Um agradecimento especial ao meu orientador Eduardo Onofre, que tive o privilégio de conhecer e ser sua aluna em educação especial e metodologia para pessoas com necessidades especiais, me encantando com o seu jeito de ensinar, mostrando sempre o amor pela educação especial, sendo um educador que não tenho nem palavras pra descrever tanta dedicação e tanto amor, sendo assim toda a minha gratidão, carinho e respeito.

Agradeço aos professores Livânia e Kledson por estarem participando da minha banca, por tudo que acrescentaram durante a graduação, por todo conhecimento disponibilizado e por participar desse momento importante, meu muito obrigado.

Toda a minha gratidão ao meu setor de trabalho (NAPNE), que sempre contribuiu para a minha formação.

A todos que contribuíram direto e indiretamente para a conclusão deste trabalho, tem todo o meu agradecimento e minha admiração.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Paulo Freire).

RESUMO

O presente estudo se caracteriza como um relato de experiência profissional de ledora para estudantes com deficiência visual no Instituto Federal da Paraíba, campus Campina Grande. Assim, o objetivo principal do presente trabalho é debater os desafios enfrentados pelos ledores no acompanhamento aos estudantes com deficiência visual.

Utilizamos um relato de experiência como caminhos metodológicos. O material utilizado foram registros rememorados pela pesquisadora em relação a sua atuação como ledora. Os resultados indicaram que o trabalho do ledor para estudantes com deficiência visual vai além de ler textos didáticos. Outras intervenções deste profissional, como adaptar recursos pedagógicos e avaliação, assim como auxiliar os estudantes com deficiência visual no manejo das TICs mediam no processo de ensino-aprendizagem destes estudantes. Portanto, a intervenção pedagógica do ledor é um fator indispensável para os estudantes com deficiência visual que esteja em um processo de inclusão educacional.

Palavras-Chave: Inclusão. Ledor. Deficiência Visual.

ABSTRACT

The present study is characterized as a report of professional experience of ledora for students with visual impairment at the Federal Institute of Paraíba, Campina Grande campus. Thus, the main objective of the present work is to debate the challenges faced by readers in accompanying visually impaired students. We use an experience report as methodological paths. The material used were records recalled by the researcher in relation to her performance as a ledora. The results indicated that the reader's work for visually impaired students goes beyond reading textbooks. Other interventions by this professional, such as adapting pedagogical resources and assessment, as well as assisting students with visual impairments in the management of ICTs, mediate in the teaching-learning process of these students. Therefore, the pedagogical intervention of the ledor is an indispensable factor for students with visual impairments who are in the process of educational inclusion.

Keywords: Inclusion. Ledor. Visual impairment.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	Deficiência visual: discutindo conceitos e características	13
2.2	Educação Inclusiva: pessoas com deficiência visual e as TICs	15
3	METODOLOGIA	19
3.1	Tipo de pesquisa – qualitativa	19
3.2	Apresentando o locus da pesquisa	19
3.3	Relato de experiência: uma breve discussão	20
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO	22
4.1	O Ledor Na Instituição De Ensino: Desafios E Possibilidades	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se caracteriza como um relato de minha experiência profissional, atuando como leitora para estudantes com deficiência visual no Instituto Federal da Paraíba. Considerando que a maior parte dos livros e de outros materiais didáticos do ensino médio e do ensino superior não se encontram em formato acessível, fato que resulta em grandes prejuízos no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência visual, o trabalho a ser desenvolvido pelo leitor nas instituições de ensino é de extrema importância.

Nesse sentido, a ação do leitor deve ser cada vez mais valorizada e disseminada, já que esse profissional traz a acessibilidade para os estudantes cegos e com baixa visão em todos os níveis de ensino.

Assim sendo, e por compreender que os estudantes com deficiência visual enfrentam inúmeras barreiras no seu cotidiano escolar, acreditamos que é necessário dispor de alternativa que auxiliem esses estudantes a realizarem, com sucesso, as diversas atividades escolares, trabalho este que é de incumbência dos leitores.

Pensando nisso, ao concluir minha Licenciatura em Pedagogia, tomei a decisão de desenvolver um tema relevante, tanto para educação em geral, como para o meu trabalho enquanto profissional da educação especial. Por esta razão estou ciente de que tenho total envolvimento com a temática desta pesquisa, já que estarei relatando a minha experiência na função de leitora como afirmei anteriormente.

A questão norteadora que conduzirá este trabalho é, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo profissional leitor no acompanhamento a estudantes com deficiência visual?

O objetivo geral deste trabalho é debater os desafios enfrentados pelos leitores no acompanhamento aos estudantes com deficiência visual.

O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura que a escola regular disponibilizará serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. Quando não for possível a integração do aluno nas classes comuns de ensino regular, esse atendimento educacional deve ser feito em classes especializadas denominadas “salas de recursos”. De acordo com a LDB a escola deve disponibilizar meios para que se torne acessível o ensino e aprendizagem para a pessoa com

De acordo com Cerqueira e Ferreira (2000), na educação de pessoas com deficiência visual, os recursos didáticos podem ser obtidos por uma das três formas:

- Seleção dentre os recursos utilizados pelos alunos de visão normal, muitos podem ser aproveitados para os alunos cegos, tais como se apresentam. É o caso dos sólidos geométricos, de alguns jogos e outros.
- Adaptação há materiais que mediante certas alterações, prestam-se para o ensino de alunos cegos e de baixa visão subnormal.
- Confecções a elaboração de materiais simples, tanto quanto possível, deve ser feita com a participação do próprio aluno. É importante ressaltar que são materiais de baixo custo ou de fácil acesso (p.03).

Os recursos didáticos são todos os recursos físicos utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, área de estudo ou atividades, sejam quais forem às técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, construindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo de ensino e aprendizagem (CERQUEIRA; FERREIRA, 2000).

Um dos métodos utilizados para a educação especial de pessoas com deficiência visual é o ledor que a princípio e de maneira simples refere-se ao profissional responsável pela leitura, geralmente essa leitura é feita a partir de textos, imagens do escrito da lousa (quadro o professor), entre outras funções, como a descrição de espaço ou situação. A denominação ledor é habitual entre pessoas com deficiência visual e diz respeito ao indivíduo que lê para o outro que não enxerga. Este, por sua vez, mesmo não fazendo o uso dos olhos para ler, é também um leitor (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

O ledor é um dos profissionais que atua no Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), que esta localizado no Instituto Federal Da Paraíba (IFPB) na cidade de Campina Grande no Bairro Dinamérica, que contribui para que o estudante com deficiência visual tenha acesso ao ensino e a aprendizagem.

As práticas do ledor no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) possibilitam ao estudante com deficiência visual o acesso a materiais adaptados referentes a cada componente curricular da Instituição de ensino, para o ensino e aprendizagem do estudante com deficiência visual, pois o IFPB disponibiliza de um NAPNE, com vários profissionais que atuam na área de educação especial.

É nesse sentido que o IFPB contribui para a acessibilidade do estudante com deficiência visual através de leitores capacitados e sempre em formação continuada, utilizando e buscando técnicas, meios para facilitar o desenvolvimento dos conteúdos dos componentes curriculares. Dessa forma é de extrema importância o papel do ledor para

mediar este processo, sendo necessário que o leitor esteja preparado para lidar com a diversidade e singularidade do estudante com deficiência visual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Deficiência visual: discutindo conceitos e características

Neste capítulo apresento o conceito de deficiência visual, como também algumas características específicas no processo de ensino e aprendizagem destes estudantes, as quais devem ser conhecidas, tanto por parte dos professores, como pelos demais profissionais que os acompanham, a exemplo dos ledores.

Inicialmente, considero importante a firmar que a deficiência visual está dividida em cegueira ou baixa visão, sendo compreendida como ausência total ou parcial da visão. Ampudia (2001) ressalta que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) entende que:

Os diferentes graus de DV podem ser classificadas em baixa visão – esta pode ser leve, moderada ou profunda, porém pode ser compensada com o uso de lentes de aumento, lupas, telescópio, como auxílio de bengalas e de treinamentos de orientação; próximo a cegueira – a pessoa ainda é capaz de distinguir luz e sombra, mas já emprega o sistema Braille para ler e escrever, utiliza recursos de voz para acessar programas de computador, locomove-se com a bengala é preciso de treinamentos de orientação e de mobilidade e cegueira não existe qualquer percepção de luz. (AMPUDIA, 2001 apud COSTA; PAULO; SILVA, 2018, p.14).

Para bem acompanharmos estes estudantes, não cometendo equívocos no trabalho de apoio escolar aos mesmos, devemos ter clareza se este se trata de uma pessoa cega ou com baixa visão, o que nos permitirá adotar as metodologias e materiais compatíveis com sua deficiência. Em outras palavras:

A deficiência visual vem acompanhada de várias definições. No entanto se compreendemos o grau em que esta se encontra, será possível de forma científica, apresentar a diferença entre a cegueira e a baixa visão (COSTA; PAULO; SILVA, 2018).

Portanto a deficiência visual se caracteriza pela limitação ou perda da função básica do olho e do sistema visual, podendo a pessoa com deficiente visual pode ser denominada pessoa cega ou pessoa com baixa visão.

É importante esclarecer que a cegueira pressupõe a falta percepção visual devido a fatores fisiológicos ou neurológicos. A cegueira total simplesmente caracteriza-se pela completa perda da visão sem percepção visual de nenhuma forma de luz. A cegueira pode ser congênita ou adquirida. Já a baixa visão é a acuidade visual da pessoa com baixa visão, sendo muito variável, mas, em geral, baixa visão é definida como uma condição na qual a visão da pessoa não pode ser totalmente corrigida por óculos, interferindo em suas atividades diárias, assim como a leitura e locomoção.

Neste sentido para Costa, Paulo e Silva (2018):

A cegueira pode ser compreendida como algo estranho e paradoxal. Estranho, pois muitos compreendem a cegueira como uma impossibilidade de desenvolvimento,

seja psicológico, motor ou intelectual. A cegueira é uma falha no órgão da visão e é compreendida cientificamente como um defeito físico, mas para Vygostsky, tal deficiência não acusa nenhuma debilidade, pois é considerada como uma força que impulsiona as capacidades do sujeito de ser ele mesmo, eficiente e não eficiente (COSTA; PAULO; SILVA, 2018, p.16).

Já para Romagnoli (2008) aborda a baixa ou visão subnormal, como:

A deformação da capacidade funcional da visão dar-se de incontáveis fatores isolados ou associados para assim considerar-se baixa visão ou visão subnormal, por exemplo: diminuição relevante do campo visual, baixa acuidade visual significativa, dificuldade de adaptação o escuro, a luz e ao reconhecimento de cores, mudanças de corticais e/ou sensibilidade aos contrastes que interferem ou suprimem o desempenho particular do indivíduo (ROMAGNOLLI; 2008 apud COSTA; 2018 p.20).

A partir destas e outras definições, percebe-se o quanto muitas vezes, a pessoa com deficiência visual, muitas vezes, a pessoa com deficiência visual é considerada pela sociedade como incapaz, como uma pessoa que tem problemas psicológicos, cognitivos ou com baixo rendimento escolar. Entretanto, vários estudos científicos evidenciam que essa é uma ideia equivocada e que a falta da visão gera sim, muitas ausências de informações, mas isso não quer dizer que seja um comprometimento cognitivo ou intelectual.

A pessoa com deficiência visual aprende por meio de várias formas, e o método mais antigo para o aprendizado da pessoa cega é o sistema Braille. O sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita usado por pessoas cegas, inventado por Louis Braille, educador Francês, o mesmo ficou cego aos 3 anos de idade em consequência de um acidente seguido de oftalmia. Ele inventou o sistema Braille e passou a lecionar depois de 1820 (HONORA; FRAZANO 2008).

O Braille criado em 1815, apresentado ao Instituto dos Cegos em 1829 e adaptado na França em 1854, finalmente ganhou legitimidade Universal em 1878 em um congresso internacional realizado na França com objetivo de avaliar métodos existentes para leitura e a escrita das pessoas cegas. Desde então se tornou o mais eficiente e utilizado meio de alfabetização de pessoas cegas em todo o mundo (SILUK; ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA, 2014, apud COSTA;PAULO; SILVA, 2018, p. 56-57).

O sistema Braille consiste na utilização de seis pontos em relevo, explorado pelo tato, dispostos em duas colunas e, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes, que são empregados em textos literários, na simbologia matemática e científica na música e na informática. Os seis pontos formam a “cela Braille” e a numeração desses pontos dá-se da seguinte forma:

- Do alto para baixo, coluna da esquerda: pontos 1, 2 e 3.
- Do alto para baixo, coluna da direita: pontos 4, 5 e 6.

O Braille pode ser escrito mecanicamente através da reglete e da Punção (HONORA; FRIZANCO, 2008). O sistema Braille tornou possível a alfabetização da pessoa cega no mundo inteiro, tornando a pessoa com Deficiência Visual autônoma na realização das suas atividades escolares e na vida cotidiana.

Na escolarização do estudante com deficiência visual, é recomendado pela Lei Brasileira de inclusão, que no artigo 28 do capítulo 4 assegura: “Oferta de ensino de Libras, do Braille e de uso de recursos de tecnologias assistivas de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação” (BRASIL, 2015).

A meta 4 do plano Nacional de Educação, retifica este direito ao estabelecer: “adoção do Sistema Braille e Leitura para cegos e surdos-cegos” (BRASIL, 2014, apud COSTA; PAULO; SILVA, 2018, p.54).

Para os alunos com baixa visão, nem sempre é utilizado o sistema Braille. De fato, eles necessitam de auxílio por meio da escrita ampliada e de outros recursos que possibilitem o acesso ao ensino e aprendizagem. Os principais métodos utilizados para alunos com baixa visão são a Prancha de plano inclinado para leitura, textos ampliados e em alto contraste (possivelmente em negrito ou letra maiúscula), caderno de pauta ampliada, lápis HB2, 6B ou 4B, canetas de ponta porosa preta, lupas de aumento, papel tipo offset opaco ou marfim (sem brilho), características essas, que reduzem os reflexos (BARRAGA, 1999, apud SILVA, 2014).

É de grande importância que se utilize as normas de acessibilidade gráfica, na elaboração das atividades: tamanho de letra-16 a 32; tipo de letra – Arial, Verdana; contraste-fundo escuro/ letra amarela ou branca; qualidade do papel- espesso e pardo; papel-A4. Neste sentido, é importante destacar que cada estudante com deficiência visual é único e que cada um tem suas necessidades específicas (SILVA, 2014). E que hoje podem usar o computador e o celular em igualdade de condições com pessoas que enxergam, já que esses programas de celulares e computadores possuem sintetizadores de voz que oferecem total acessibilidade para as pessoas cegas, seja em suas aulas e, suas atividades escolares, ou seja, na vida cotidiana. (RITA BERSCH, 2008 apud COSTA; PAULO ; SILVA 2018).

2.2 Educação Inclusiva: pessoas com deficiência visual e as TICs

Com o avanço das tecnologias houve significativas mudanças na vida de pessoas com Deficiência Visual, e que hoje podem usar o computador e o celular em igualdade de condições com pessoas que enxergam, já que esses programas de celulares e computadores

possuem sintetizadores de voz que oferecem total acessibilidade para as pessoas cegas, seja em suas aulas e, suas atividades escolares, ou seja, na vida cotidiana. (RITA BERSCH, 2008 apud COSTA; PAULO; SILVA 2018)

Os recursos derivados de avanços tecnológicos tornam as coisas mais fáceis para pessoas sem deficiência que para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. (RODABAUGH, 1993 apud COSTA; PAULO; SILVA 2018).

Podemos observar o objetivo da tecnologia assistiva, é amplo e subdivide-se em modalidades distintas; tem características multidisciplinar, visto que, envolve vários profissionais que são responsáveis pela avaliação de usuário que irá fazer uso da tecnologia indicando o recurso apropriado, o desenvolvimento da tecnologia e o ensino da sua utilização. Todo esse processo se dá para atingir o objetivo que é promover qualidade de vida e inclusão social dos usuários (BERSCH; MACHADO, 2007, apud COSTA; PAULO; SILVA 2018).

De acordo com alguns conceitos sobre as tecnologias assistivas é de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem para a pessoa com Deficiência Visual, sendo um instrumento facilitador, para que o aluno com deficiência construa novos conhecimentos tornando-se cada vez mais autônomo.

Alguns conceitos sobre as tecnologias assistivas indicam que a utilização dos recursos tecnológicos é importante para a construção do conhecimento por parte das pessoas com Deficiência pois os recursos tecnológicos ajudam as pessoas com Deficiência Visual a superar desafios, tornando-as a cada dia indivíduos mais autônomos. Sendo assim, é possível destacar alguns recursos que facilitam o cotidiano dessas pessoas, tanto no ambiente escolar, como no mercado de trabalho, ou mesmo na comunicação através das redes sociais. Nesse sentido, destacamos alguns recursos como: O Dosvox, o NVDA, O JAWS, O VIRTUAL VISION, O ORCA, além dos recurso de acessibilidade disponibilizado no Windows, o Magic (de ampliação de tela) e o MECDAISY, existindo também uma ferramenta online gratuita, que permite traduzir um texto, em Braille e alguns aplicativos para smartphones.

Considerando que todos os recursos citados a cima se tratam de software encontrados no computador, destacamos que atualmente a leitura com sistemas de voz também poderá ser feita através do celular. Para isso o utiliza-se talk beck, quando se tratar de androide ou o voz se houver quando o celular possuir tecnologia e IOS.

Quando estamos trabalhando com as, ciências exatas outra possibilidade que auxilia na aprendizagem dos estudantes com deficiência visual é a adaptação de materiais concretos para tornar os conteúdos que, muitas vezes são assimilado a partir da visão, totalmente acessíveis a estes estudantes. Uma vez adaptados, estes instrumentos também se tornam recursos de

tecnologias assistivas, possibilitando uma maior independência na compreensão dos conteúdos e na realização das tarefas escolares.

Todos esses avanços se tratam de descobertas ocorridas nas duas últimas décadas, fruto de muitas pesquisas que foram intensificadas em decorrência das políticas de educação inclusiva, que, no Brasil, começaram a ser impulsionadas a partir da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 208 inciso 3 assegura o atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 9394/96, amplia a perspectiva da educação inclusiva, dedicando todo o capítulo 5 a esta temática. Assim, nos artigos 58, 59 e 60, essa lei assegura que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

E no **Art.60.** Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.(BRASIL, 1996, p. 94).

Nos dias atuais, dois grandes documentos reforçam as políticas que tratam da educação inclusiva em nosso país. O Plano Nacional de Educação, que na meta 4, estabelece:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Um ano depois, é promulgada a lei 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão - LBI, ou estatuto da pessoa com deficiência, a qual assegura inúmeros direitos de inclusão e acessibilidade a estas pessoas. No tocante à educação destes estudantes, a referida lei assegura que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de

seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

XVII – oferta de profissionais de apoio escolar;

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência. (BRASIL, 2015, 34 até 37).

No Brasil existem as leis que garantem condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, mas é preciso investir na estrutura de nossas escolas, na capacitação dos profissionais e sobretudo, na preparação da sociedade para eliminar as barreiras que ainda hoje permanecem negando direito e impedindo a participação destes estudantes em igualdade de condições com os demais. Nessa perspectiva a educação inclusiva considera a diversidade humana como elemento natural de sua constituição e prevê não somente aceitação e respeito às diferenças, mas também sua valorização – engloba uma grande variedade de segmentos]...]. A educação inclusiva requer uma ressignificação da escola para que a mesma possa oferecer um ensino de qualidade para todos, sem distinção de qualquer natureza. (ZANIOLO; DALL'ACQUA; 2012).

Estamos cientes de que a legislação brasileira garante o direito à matrícula e à inclusão dos estudantes com deficiência, da educação básica ao ensino superior. Entretanto, entendemos que estas leis ainda não são suficientes. É preciso mudar a estrutura de nossas escolas e a mentalidade dos profissionais que as integram, de modo que possam nascer práticas mais acolhedoras e inclusivas, que, de fato, valorizem as especificidades dos estudantes com deficiência, garantindo assim sua plena e efetiva inclusão.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa – qualitativa

Registramos, inicialmente, que a presente pesquisa está alicerçada nas abordagens de investigação qualitativa. Tais abordagens são significativas e exercem estreita relação com a área da educação especial uma vez que

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoa ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa (OLIVEIRA; 2008, p.60).

Compreendemos, portanto, que abordagens de investigação qualitativa oferecem um valioso suporte para pensarmos questões relacionadas à educação especial.

3.2 Apresentando o locus da pesquisa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), autarquia federal, foi criado em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº. 11.892. A instituição reconhecida pelo ensino básico, superior e profissional, pluricurricular e multicampi, é especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando aspectos humanísticos em diferentes modalidades de ensino (IFPB, 2018).

O campus sediado na cidade de Campina Grande, na Rua Tranquilino Coelho Lemos, 671, Dinamérica, objeto da investigação deste estudo, é parte integrante do IFPB, reconhecido nos termos da Lei supracitada. Tal campus assume as mesmas finalidades da instituição como um todo, entre elas o dever de

Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFPB, 2018, p.18).

O estatuto da instituição, em seu artigo 3º, apresenta como um dos princípios norteadores de sua atuação o "compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, em conformidade com a legislação brasileira de inclusão da pessoa com deficiência" (IFPB, 2018, p.17). Nesta conjuntura, foi criada na Instituição o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que tem por finalidade

Promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras educacionais, atitudinais e arquitetônicas na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação (BRASIL, 2015, p.03).

Desta forma, o núcleo oferece "suporte para a implantação de medidas de acessibilidade no campus, de forma a permitir o acesso dos estudantes aos vários espaços

acadêmicos, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e comunicativas" (IFPB, 2019, p.51), acompanhando os estudantes com

necessidades específicas no seu percurso acadêmico, realizando orientação, adaptando materiais, intervindo em situações particulares e assessorando o preenchimento de documentos relacionados ao processo escolar dos estudantes" (IFPB, 2019, p.52),

Os núcleos ainda fornecem aos professores, recursos diversos, sendo eles pedagógicos, metodológicos e tecnológicos, favorecendo, desta forma o processo ensino - aprendizagem, a convivência com a diversidade e o desenvolvimento estudantil.

Atualmente, o núcleo, no Campus Campina Grande, locus de investigação da presente pesquisa, conta com 15 profissionais, sendo 10 interpretes, 3 ledores, 1 transcritor, 1 cuidador, os quais acompanham 13 alunos com deficiência, sendo 4 cegos, 6 surdos, 3 com outras deficiências

3.3 Relato de experiência: uma breve discussão

Esta pesquisa relata a experiência de uma ledora que atende a estudantes com deficiência visual em instituição de ensino médio técnico e superior, localizada no estado da Paraíba.

A partir destas vivências, são relatados acontecimentos relevantes no exercício da função de ledora, que é também autora deste trabalho, ao longo de aproximadamente 4 anos de atuação na instituição de ensino.

A atuação em locais institucionais implica a presença dos ledores em eventos como aplicações de provas de concursos e processos seletivos, podendo também ser encontrados nas próprias salas de aulas, servindo de auxílio a alunos com deficiência visual. Quando atuando em escolas, os ledores geralmente trabalham junto ao professor regente (QUINTIERE; 2017).

O material utilizado foram registros rememorados pela pesquisadora em relação a sua atuação como ledora (analisados no capítulo 4) que, segundo ela, são determinantes no sentido de suscitar reflexões a fim de repensar algumas ações visando contribuir com a melhoria na atuação deste profissional nas diversas instituições de ensino. De acordo com (KENSKI apud CAMARGO, 1997, p.287)

O material recuperado pela memória é um material 'vivo' constituído por constante reconstrução das vivências passadas, acrescido de novos conhecimentos e experiências individuais e sociais do momento presente. Pode igualmente, ser considerado como um recorte de representações de um objeto ou assunto referente a um tempo histórico e a um espaço social.

Assim, ao fazer memória de nossa atuação enquanto ledora, discutimos as experiências, como também as múltiplas barreiras vivenciadas por um estudante cego ou com baixa visão. Além disso, acreditamos que tais relatos ajudam a compreender como se dá a inclusão escolar e social destes estudantes nas mais diversas instituições de ensino.

O uso do resgate da memória é muito importante, pois é uma atividade onde o discente está a todo tempo refletindo sobre sua aprendizagem, onde é desafiado a aprender algo novo e registrar as experiências que foram significativas (LOURENÇO, 2015, p.18).

Portanto, mais que refletir acerca da inclusão de estudantes com deficiência visual e das barreiras que estes encontram nas instituições de ensino, estas memórias nos ajudam a repensar nosso próprio papel enquanto ledora e assim buscar meios que nos ajudem a melhorar a cada dia nossa prática.

No exercício de nossa atuação como ledora, registramos que as principais atividades diariamente desenvolvidas, junto aos estudantes com deficiência visual são as seguintes: adaptações de materiais, leituras de textos (presencial ou por meio de gravações), impressão de textos em braile ou escrita ampliada, confecções de materiais em auto relevo, acompanhamento em sala de aula e ao restaurante universitário, ou em outras instalações da escola quando necessário.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

4.1 O Ledor Na Instituição De Ensino: Desafios E Possibilidades

As experiências vivenciadas que serão relatadas neste capítulo foram realizadas no Instituto Federal da Paraíba IFPB, localizado na Rua Tranquilino Coelho Lemos, número 671, bairro Dinamérica, na cidade de Campina Grande, PB, desde o dia 06 de Junho de 2016, na função de ledora, acompanhando alunos com deficiência visual no curso de licenciatura em Física e no ensino médio integrado com o curso técnico em administração.

Minhas atribuições no IFPB consistem em acompanhar os estudantes com deficiência visual no período da noite todos os dias, sendo em alguns momentos durante a tarde. Portanto leio para os discentes cegos cuidadosamente todos os materiais de leitura solicitados no período de aula, digito materiais impressos e salvo em formato de editor de texto, envio e-mails com conteúdos acadêmicos, como trabalhos, exercícios e outros, acompanhando o estudante com deficiência visual até a finalização das tarefas acadêmicas.

Como vimos estas atribuições são compatíveis com a legislação de N.º 3.513, DE 2019 que regulamenta a profissão do ledor, de acordo com esta lei as atribuições deste profissional são:

- I - realizar a leitura em voz alta de textos escritos a tinta para pessoas com impedimento, total ou parcial, de realizar a leitura autônoma de textos em virtude de déficit visual, físico, mental ou intelectual;
- II – registrar a tinta textos expressos de forma oral ou por outra modalidade de comunicação alternativa de pessoas acometidas por déficit visual, físico, mental ou intelectual que estão impossibilitadas de executar registros a tinta de maneira autônoma;
- III auxiliar nas atividades de estudo didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas em ambiente escolar nos níveis fundamental, médio e superior, educação técnica e profissional de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- VI - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e em ambiente de avaliação;
- VII - atuar como agente de inclusão no amparo ao uso de Tecnologia Assistiva, Softwares de Comunicação e/ou Leitura de Tela (BRASIL,2019,p.03).

Já no Art. 4º (BRASIL, 2019), o Ledor e Transcritor devem exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana, em especial:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II – pelo máximo empenho pessoal na transposição de barreiras de informação;
- III pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, gênero ou orientação sexual;
- IV - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couberem ler ou transcrever;
- V - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar em virtude do exercício profissional (BRASIL,2019, p.03).

Ciente destas atribuições e do meu papel enquanto profissional que atua na área da leitura para estudantes com deficiência visual, procuro esforçar-me para contribuir com o processo de formação e de educação inclusiva destes estudantes, que conforme mesmo eles relatam, enfrentam uma série de dificuldades em seu cotidiano acadêmico.

Realizo atendimento/acompanhamento para dois discentes, os quais irei me referir como aluno A e aluno B para preservar suas identidades.

O aluno A está no segundo ano do curso de licenciatura em Física, no turno da noite, sendo cego de nascença, sabe o Braille, porém não tem tanta prática e prefere que os arquivos sejam transformados em áudio.

Este fato revela o quanto a tecnologia assistiva e, no caso das pessoas cegas os softwares de voz, são importantes para garantir uma maior acessibilidade aos conteúdos, particularmente para aqueles estudantes que apresentam dificuldades para a leitura Braille.

Os softwares de voz são leitores de tela que permitem ao cego usar o computador e outros equipamentos eletrônicos, sintetizadores de voz, e navegar na internet. Com essa tecnologia, o aluno pode receber e registrar as informações simultaneamente à explicação do professor, que tem as possibilidades de planejamento ampliadas. Existem diversas opções no mercado, mas o custo é um fator limitante. Dois desses programas merecem destaque: Computador de voiss que é um Dispositivo de baixo custo e acessível, que permite ampliar as letras com a lupa eletrônica. Um leitor de tela lê o conteúdo. Já o Dosvox é um aplicativo com diversas funções, como agenda, calculadora, editor e leitor de textos, além de ser formatador para braille, jogos, programas multimídia e utilitários de internet. (IFPB, 2019, s/p)

Sendo assim o recurso da informática na educação de escolares deficientes visuais é essencial e, conseqüentemente, introduz a necessidade de buscar respostas e alternativas para que esse recurso esteja no ambiente escolar como um recurso que facilita e proporciona uma aprendizagem significativa e prazerosa. (ALVES, 2007, p. 100 apud VERUSSA, 2009,).

O aluno B, está no primeiro ano do Proeja que é o ensino médio integrado com o curso técnico de administração no turno da noite. O mesmo ainda se encontra no processo de aceitação própria, pois adquiriu a cegueira a pouco menos de dois anos, por conta de um descolamento de retina, está aprendendo o Braille e estava preferindo os arquivos transformados em áudio, e adaptações em alto relevo.

As adaptações em alto relevo também se caracterizam como uma ação relevante no processo de ensino e aprendizagem de estudantes cegos ou com baixa visão, pois permitem uma maior apropriação dos conteúdos que muitas vezes possuem um caráter meramente visual.

Desta forma o alto-relevo, longe de transformar uma pintura num objeto próprio para a apreciação tátil, mantém seu caráter essencialmente visual. O alto-relevo não é uma versão

tátil da obra, mas "outra" versão visual. Donde se conclui que, para pessoas cegas, especialmente para aquelas que nunca viram, um desenho em alto-relevo dificilmente faz sentido (ALMEIDA; CARIJÓ; KASTRUP, 2010).

Realizo o acompanhamento dentro e fora da sala de aula, em todo decorrer da aula, estou como um apoio para descrever imagens, filmes, slides, escrevo também tudo que o professor pontua no quadro, fazendo a leitura do espaço, realizando leitura de textos, provas e atividades passadas pelos professores em sala de aula, transcrevendo tudo que o referido aluno responder oralmente, incluindo toda e qualquer pontuação.

Acredito que é preciso dar ênfase a áudio descrição, que também no processo de escolarização estudantes com deficiência visual vem ganhando grande importância, já que com a áudio descrição, os alunos que nada veem, adquirem um maior conhecimento do ambiente das coisas e das imagens que os rodeiam.

Segundo Franco (2018) entende-se por audiodescrição (AD), uma modalidade de tradução audiovisual (TAV) e intersemiótica que objetiva, prioritariamente, o acesso de pessoas com deficiência visual a produtos visuais (obras de arte, ilustrações, gráficos e fotos, por exemplo) e audiovisuais (filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, conferências, eventos esportivos, e outros) através da tradução de signos visuais em signos acústicos, ou seja, da transformação de imagens em palavras.

Franco (2018, p.02) ainda relata que:

A audiodescrição está garantida por lei nos canais abertos da TV brasileira, onde tornou-se realidade a partir de 1º de julho de 2011. No cinema, a instrução Normativa no. 116 da ANCINE, de dezembro de 2014, determinou a obrigatoriedade de recursos de acessibilidade em projetos audiovisuais financiados por recursos públicos federais geridos pela instituição. No teatro, na escola, em congressos e museus, e em várias outras situações previstas na Lei Brasileira de Inclusão no. 13.146/2015.

A audiodescrição consiste na descrição, narração de ambientes, imagens, coisas, eventos, visíveis, fazendo o uso da voz, ou seja, a descrição oral das mais variadas situações ou informações para s indivíduos que não tenham acesso, por inúmeros motivos, tais como deficiências visuais (cegueira ou baixa visão), dislexia, autismo, pessoas idosas, etc. (SANTOS; SOARES,2018).

Podemos constatar que apesar de ser uma ferramenta poderosa e por já existir uma lei que permita que os estudantes com deficiências tentam o acesso ao audiodescrição, percebe-se o quanto ainda caminha em passos lentos impossibilitando a acessibilidade.

Todos os materiais referente às disciplinas, são encaminhados pelos professores para o setor do NAPNE, sendo assim distribuídos para os leitores, que ficam com a

responsabilidades de fazer as adaptações dos conteúdos, sendo muitas das vezes os textos e slides, convertidos em áudio, sendo utilizado o aplicativo BALA BOKA (SISTEMA DE CONVERTIMENTO DE TEXTO PARA ÁUDIO), também é utilizado a adaptação dos textos e atividades para o sistema Braille, confecções de materiais em auto relevo, gravações das aulas, e sem esquecer dos atendimentos acordados entre professores, alunos e ledores para a resolução de algumas demandas como por exemplo, aulas que ocorrem no contra turno.

Figura 1 teclado de computador em braille e duas mãos tateando e digitando

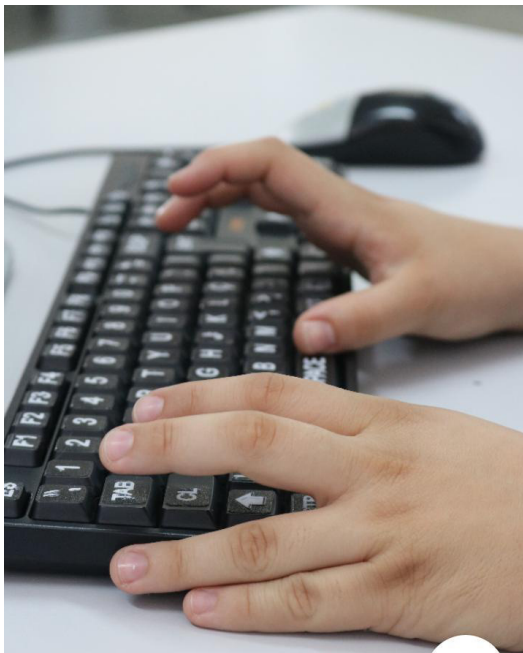


Foto do próprio autor, 2020.

Figura 2 Mapa do Brasil com cada região, com diferentes texturas. Ao fundo da imagem uma mão tateando as diferentes estruturas



Foto do próprio autor, 2020.

Figura 3 Ao fundo, uma folha de papel com um texto escrito, acima da folha uma lupa para ampliar o texto com a luz ligada.

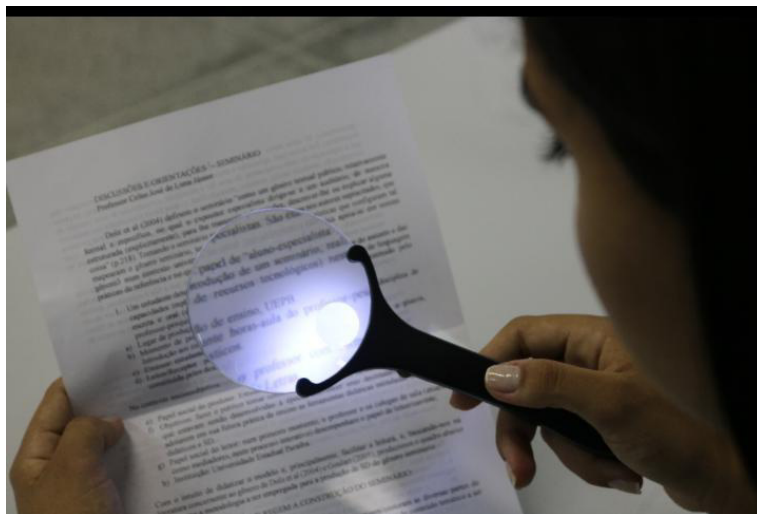


Foto do próprio autor, 2020.

Diante de todo contexto vivenciado no IFPB com esses alunos cegos, percebo as dificuldades e avanços de cada estudante, levando em consideração a subjetividade de cada estudante com deficiência visual e sem esquecer de ter sensibilidade para a realidade de cada aluno.

Para Simões (2016, p.257).

Tratando agora da própria relação entre alguns alunos e ledores, apesar da regra bem definida de que o ledor limita-se a ler, há necessidade de certa empatia para que o trabalho ocorra. Significa dizer que não se pode negar a humanidade contida na relação (o que inviabiliza a substituição total por computadores. A empatia não se pode ser excluída da relação, assim como o ledor não pode ser confundido com um amigo, colega ou professor, posto que há uma tarefa a ser cumprida.

Através das minhas experiências como ledora do IFPB, da relação que tenho com os alunos A e B; afirmo que o relacionamento com empatia gera confiança nas relações e facilita o desenvolvimento dos alunos, mas confesso que também tenho um relacionamento de amizade com os mesmos, pois como já citei o trabalho do ledor vai além da sala de aula, bem como são muitos anos de convívio diário. Porém, procuro manter a ética diante das atividades que são desenvolvidas e do trabalho que preciso realizar.

Finalmente, consideramos importante destacar que apesar da boa relação que mantenho diariamente com nossos alunos e das grandes contribuições que o ledor oferecem no seu processo de escolarização, existem alguns desafios enfrentados no dia a dia de sala de aula, como por exemplo, alguns estudantes com deficiência têm dificuldade de aprendizagem, outros por não conhece o braile, por não ter o acesso as tecnologias em casa, por professores que muitas vezes acham que os ledores, são também professores, confiando todas as tarefas aos ledores. Porém, os ledores, não são professores, e muitas vezes não temos conhecimentos

dos conteúdos técnicos que são ministrados em sala de aula, pois nossa formação não contempla os conteúdos que são oferecidos para os alunos.

Portanto, se deve existir uma relação de parceria entre o professor e o leitor para que tornem o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência visual seja possível.

Outros acontecimentos que merecem destaque são as contribuições dos leitores que possibilitam aos estudantes com deficiência visual, a participarem de eventos organizados pela instituição de ensino, acompanhamentos no consultório médico, as idas ao restaurante universitário, e também as lanchonetes dentro e fora da instituição de ensino.

Desta forma, percebo as contribuições dos leitores vêm mediano o desenvolvimento do estudante com deficiência visual, possibilitando a acessibilidade e a descoberta de novos conhecimentos para a vida acadêmica e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação consistiu em identificar os principais desafios enfrentados pelos leitores no acompanhamento aos estudantes com deficiência visual. Assim, a adoção de metodologias pouco ou nada acessíveis, por parte de alguns professores, a exemplo do uso exagerado de filmes ou imagens sem qualquer áudio descrição, além das dificuldades no entrosamento com os colegas de sua turma, que resulta em faltam de estímulo e motivação dos estudantes com deficiência visual, foram alguns dentre os vários desafios apontados ao longo deste texto.

Ao concluir este trabalho, afirmamos a grande relevância do trabalho do leitor, uma vez que esta experiência tem me proporcionado ricas e valiosas oportunidades de crescimento em primeiro lugar enquanto pessoa pois, ao logo dessa experiência, pude enxergar o valor da vida através de pequenas coisas, sendo sensível em perceber que, independentemente de cada limitação, o mais importante é acreditar em si e superar os desafios encontrados no dia a dia, sem esquecer que todas as pessoas conseguem aprender, em seu tempo e ainda, que aprendemos uns com os outros independentemente de qualquer subjetividade.

Compreendo ainda que essa experiência trouxe perspectivas de crescimento profissional, através de cada aula em que participei, de cada atendimento individual realizado e até mesmo das conversas e risadas, foi possível aprender com os alunos com deficiência visual.

Nesse sentido, minha experiência enquanto leitora que trabalha na educação com pessoas com deficiência visual, tem contribuído para o meu processo de formação enquanto futura pedagoga, com uma perspectiva de estar sempre em uma formação continuada para ser uma pedagoga que possa contribuir para o ensino e aprendizagem dos estudantes, principalmente aqueles com deficiência visual.

Desta forma é de grande valia a profissão do leitor nas instituições de ensino, trazendo ao estudante com deficiência visual um ensino de qualidade com ampla acessibilidade, apresentando condições de igualdade para que os alunos com deficiência visual superem e consigam alcançar seus objetivos.

Portanto, acredito que este relato de experiência sobre minhas práticas enquanto leitora em uma instituição de ensino, possa contribuir para os leitores que já trabalham na área, para os professores em formação continuada e também para os alunos com deficiência visual. Sendo assim, espero que este trabalho possa contribuir para que os professores estejam sensíveis a receber e aceitar o aluno com deficiência visual, de forma que proporcionem a

estes alunos experiências significativas de um aprendizado para uma vida inteira, buscando meios para tornar esse aprendizado possível e ao mesmo tempo acessível.

Assim também aos ledores que já trabalham em instituições de ensino com pessoas com deficiência visual, afim de que possam, de forma clara, ter o maior conhecimento das metodologias que foram aqui relatadas, como as adaptações de materiais, as tecnologias assistivas dentre outras técnicas utilizadas para o ensino e aprendizagem do aluno com deficiência visual.

Desta forma, tendo finalizado esta pesquisa espero contribuir para que o aluno com deficiência visual tenha um ensino e aprendizagem com plena acessibilidade, possibilitando a estes uma maior autonomia não apenas no ambiente escolar, mas também no meio social em que vivem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Clara; CARIJÓ, Felipe Herkenhoff ; KASTRUP, Virginia. Por uma estética tátil: sobre a adaptação de obras de artes plásticas para deficientes visuais. **Revista de Psicologia**, v.22, n. 1,p.85-100, jan-abr 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 04 de abril de 2013, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. PROJETO DE LEI N.º 3.513, DE 2019, Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional do Ledor e do Transcritor, e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=917A2B72B38945A7A93BFB3CF0683013.proposicoesWebExterno2?codteor=1774898&filename=Avulso+-PL+3513/2019#:~:text=O%20CONGRESSO%20NACIONAL%20decreta%3A,ambiente%20escolar%20e%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o.&text=%C2%A7%202%C2%BA%20Apl%20ica%20de%20a%20esta%20lei%20o%20disposto%20no%20art.. Acesso em 20 nov. 2020.

CAMARGO, Alzira Leite Carvalhais. O discurso sobre a avaliação escolar do ponto de vista do aluno. **Rev. Foc. Educ.** v.23, n.1-2, p.283-302, jan/dez., 1997.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; FERREIRA, Elise Melo Borba. Os Recursos Didáticos na Educação Especial. **Revista Benjamin Constant**. n. 15, Abr 2000. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2000/edicao-15-abril/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2000_ARTIGO3.pdf. Acesso em 13 nov 2020.

COSTA, Josinaldo Maranhão; PAULO, Raphael Cavalcante; SILVA, Saimonton Tinôco. Pressupostos teóricos da deficiência visual. Compreendendo a deficiência: o que é a cegueira e a baixa visão? In: FARIAS, Adenize Queiroz de. **Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado: FORMAÇÃO Docente na área da Deficiência Visual**. João Pessoa, 2018. p. 1-144.

COSTA, Josinaldo Maranhão. Aplicadores especiais: leitores e suas atividades junto aos candidatos cegos. In: FARIAS, Adenize Queiroz de. **Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado: FORMA/AÇÃO Docente na área da Deficiência Visual**. João Pessoa, 2018. p. 1-144.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso. Audiodescrição e Deficiência Intelectual: Um Estudo Sobre o Papel do Usuário. **Revista Inventário**. n.21, p. 1-18, jul 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/inventario/article/view/27458/16452>. Acesso em 14 nov 2020.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as Deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva**. São Paulo, Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2008.

IFPB, **Regimento Interno**: conjunto de normas que disciplinam as atividades de ensino comuns aos vários órgãos e setores integrantes da estrutura do IFPB, 2019.

IFPB, **Regimento Geral**: conselho Superior do IFPB, 2018.

LOURENÇO, Werya Barbosa. **Relato de experiência como instrumento de avaliação em um curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

QUINTIERE, Isabor Meneses. **Deficiência Visual e Língua Inglesa no ENEM: Percepções de aluno e professora- ledora e impactos para formação docente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras inglês) – Universidade Federal Da Paraíba, 2017.

SÁ, Elizabet Dias de ; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Gráfica e Editora Cromos: Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

SANTOS, Ana Lucia leite; SOARES, Alessandra Miranda Mendes. Atividades Complementares á Educação do Aluno com Deficiência Visual: Tecnologias Assistivas. FARIAS, Adenize Queiroz de. **Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado: FORMA/AÇÃO Docente na área da Deficiência Visual**. João Pessoa, 2018. p. 1-144.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Educação Inclusiva: Prática pedagógica para uma escola sem exclusões. São Paulo, Paulinas 2014.

SIMÕES, Maria Cristina Dancham. AUTONOMIA, FORMAÇÃO, DEFICIÊNCIA VISUAL E LEDORES. **Journal of Research in Special Educational Needs**. v. 16, n. 1, p. 255-258, 2016. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12146>. Acesso em 20 nov. 2020.

VERUSSA, Edna de Oliveira. **Tecnologia assistiva para o ensino de alunos com deficiência: um estudo com professores do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-graduação em Educação, Unesp, Marília, 2009.

ZANIOLO, Leandro Osni; DALL’ ACQUA, Maria Julia C. **Inclusão Escolar: Pesquisando Políticas Públicas, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas**. Jundiaí, Paco editorial. p. 1-168, 2012.